A Câmara Municipal de Torres Novas aprovou por unanimidade (7 votos), em reunião ordinária privada, um conjunto de medidas de combate à crise energética, a implementar em equipamentos municipais bem como nos espaços públicos. Esta proposta desenvolve-se em torno de 5 eixos principais: iluminação pública; energia nos edifícios públicos; eficiência hídrica nos espaços públicos; mobilidade; informação e sensibilização.

Este plano visa dar resposta às preocupações ambientais (contribuindo para a mitigação das alterações climáticas), bem como à crise energética que tem originado dificuldades e perturbações no mercado mundial de energia.

Em linha com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022, de 27 de Setembro, é apresentado um conjunto de ações, que procuram dar cumprimento ao Plano de Poupança de Energia 2022-2023, e para o qual se solicita a melhor colaboração de todos os munícipes.

Medidas:

Iluminação Pública

• Reduzir em 25 % a utilização de iluminação pública;
• Ajustar os horários de funcionamento da iluminação pública, de acordo com o relógio astronómico: 20 minutos após o pôr do sol e até 60 minutos antes do nascer do sol;
• Restringir a iluminação pública em monumentos, ajustando os períodos de utilização de acordo com o relógio astronómico: 20 minutos após o pôr do sol e até às 23h;

• Ajustar os períodos de utilização da iluminação natalícia para o horário entre as 17h30 e as 23h00;
• Desligar uma unidade de iluminação nas luminárias duplas;
• Desligar a iluminação nas rotundas e o funcionamento elétrico das fontes;
• Continuar a substituição da iluminação pública, por iluminação de tecnologia LED de alto desempenho energético.

Edifícios públicos – energia
• Desligar iluminação e equipamentos nos edifícios do Município, sempre que o espaço não esteja em uso e após o horário de trabalho;
• Promover uma maior utilização de luz natural, reduzindo a iluminação acesa, salvaguardando os valores legais necessários a locais de trabalho;
• Continuar a substituição da iluminação interior por iluminação de tecnologia LED;
• Manter portas e janelas fechadas, em espaços com sistema de climatização ligado;
• Desligar o aquecimento em espaços vazios, corredores, átrios, vestíbulos ou escadas de edifícios/escritórios públicos;
• Regular as temperaturas dos equipamentos de climatização interior, para o máximo de 18ºC no inverno e o mínimo de 25ºC no verão;
• Desligar os aparelhos de climatização como escalfetas e termoventiladores;
• Promover localmente a eletricidade através de sistemas de aproveitamento de fontes de energia renovável;
• Continuar investimentos relacionados com a eficiência energética dos edifícios públicos.

Espaços públicos – eficiência hídrica
• Continuar a redução dos horários de rega;
• Promover a instalação de sensores de humidade nos espaços verdes;
• Promover a plantação de espécies com baixa necessidade de rega, apropriadas ao clima e terra;
• Realizar de 22 auditorias de eficiência hídrica em edifícios públicos, adotando o princípio geral dos 5R da eficiência hídrica:
a) Reduzir os consumos através do uso de produtos eficientes;
b) Reduzir as perdas e desperdícios;
c) Reciclar a água;
d) Reutilizar a água;
e) Recorrer a origens alternativas.

Mobilidade
• Recomendar o uso de transportes públicos;
• Instalar e promover a utilização das bicicletas elétricas "BUTE";
• Incentivar a utilização em pequenas deslocações dos funcionários municipais de trotinetes elétricas;

• Adquirir mais 3 viaturas elétricas para a Frota Municipal (Candidatura Fundo Ambiental);
• Privilegiar a realização de reuniões por via digital e evitadas deslocações não necessárias.

Informação e sensibilização
• Recomendar o uso eficiente dos aparelhos elétricos e eletrónicos (e.g. desligar equipamentos em standby fora dos momentos de uso, usar as escadas em vez do elevador.);
• Recomendar restrições de temperatura interior (incluindo gestão dos sistemas, medidas de conforto adaptativo);
• Realizar campanha de comunicação e sensibilização para diferentes públicos-alvo, visando a redução do consumo de energia e água;
• Atualizar os Planos Nacionais/Locais de Energia e Ação Climática;
• Concurso "Escola que Reduz" - Desafio lançado às escolas públicas, com o objetivo de reduzir os consumos de água, energia e resíduos. 50% do valor associado à redução da escola, que maior quantidade reduzir, será investido pelo município em material para a respetiva escola. As restantes terão uma comparticipação de 33%;
• Realização de estudo para instalação de uma comunidade de energia renovável (CER) nos edifícios públicos;
• Desenvolvimento do Plano Municipal de Ação Climática;
• Sensibilização para a adoção de comportamentos mais eficientes, ao sector privado (incluindo indústria, comércio, serviços e cidadãos).